



A PRODUÇÃO INFORMAL DO URBANO NO MUNICÍPIO DE CARAPICUÍBA

Bruna Raspantini Pellegrino
Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Geociências
brurpellegrino@gmail.com

Resumo

Estuda-se a formação de favelas no município de Carapicuíba-SP a partir dos anos 1990, apreendendo-se as táticas horizontais e estratégias verticais de produção do espaço urbano, isto é, os processos socioeconômicos de escala regional, nacional e mundial, e sua associação e conflito no lócus de reprodução da vida. Delineia-se uma compreensão geral da história territorial de Carapicuíba, com ênfase na urbanização contemporânea. Analisa-se complementarmente as políticas habitacionais locais destinadas às favelas. O processo urbano de Carapicuíba, desde sua primeira aceleração na década de 1970, incorporara a função de periferia da metrópole: uma cidade quase toda consolidada a partir da autoconstrução em loteamentos clandestinos e favelas, donde a situação de improvisação das infraestruturas urbanas fora duradoura, donde os equipamentos públicos sociais permanecem escassos, numa malha urbana desordenada e muito adensada. Destacam-se, portanto, na produção deste espaço os agentes e as relações não tipicamente capitalistas.

Palavras-chave: Favelização; Produção do Espaço Urbano; Carapicuíba;

Introdução

Pretende-se compreender como o fenômeno de favelização se relaciona com a produção do espaço urbano de Carapicuíba-SP, a partir de uma análise geral das favelas do município. Corroborando para este entendimento, busca-se compreender a história territorial de Carapicuíba, com ênfase na urbanização contemporânea, a partir do recurso à periodização.

Entende-se, a partir de Santos (2004 [1996]) que a produção do espaço, especificamente do lugar, é resultado da hibridização de táticas horizontais e estratégias verticais. A verticalidade vista do lugar é aquilo que o adentra, reorganiza-o e o transforma por movimento originário de lógicas externas. É movimento de fora para dentro, tal como incidência de processos políticos e/ou econômicos doutras escalas espaciais, doutras escalas de poder. As horizontalidades são as que permitem a existência dos lugares, são as elaborações que dependem do espaço vivido, da contiguidade, de uma menor ou nenhuma assimetria entre agentes. Neste ensejo, analisar-se-á a formação das favelas carapicuibanas desde o contexto da produção metropolitana que engendra processos socioeconômicos de



escala regional, nacional e mundial, e sua associação e conflito no lócus de reprodução da vida.

O município de Carapicuíba e seus 36km² de território urbano abrigam, atualmente, uma população de 387.584 mil habitantes, que confere a este território a quarta maior densidade demográfica do Brasil¹. Fundado em 1961, data em que se desmembra do município de Barueri (Lei Estadual nº 8092 de 1961), foi incorporado à Sub-região Oeste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) em 1973 (Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973).

Sua evolução territorial até a década de 1950 fora caracterizada por um lento processo urbano. Somente na década de 1960, no movimento de metropolização a partir de São Paulo, que viu-se em Carapicuíba dinâmicas urbanas mais significativas, as quais se intensificariam nas décadas subsequentes. A este respeito, ao longo das décadas de 1970 e 1980, mas sobretudo na primeira, decorreria o maior adensamento demográfico e territorial da história deste município: ocupou-se quase a totalidade da área municipal, por uma população que aumentou 10 vezes o seu tamanho, passando de 17.590 mil para 184.591 mil habitantes, compreendendo a maior taxa geométrica de crescimento anual da RMSP.

Neste momento, diferentes dinâmicas urbanas impactaram o município, o qual absorveu tanto a função tanto de periferia pobre da metrópole, pela periferização da população de baixa renda, quanto de “periferia rica”, pela segregação voluntária da população de alta renda: são loteamentos clandestinos, conjuntos habitacionais irregulares, favelas versus loteamentos fechados de alto padrão.

Conquanto, são mais explicativos do fato urbano local os perfis residenciais vinculados à classe de baixa renda. A intensidade do processo na década de 1970 deve-se, portanto, ao extensivo loteamento clandestino e irregular do solo e da autoconstrução, bem como à implantação do grande Conjunto *Presidente Castelo Branco* por meio da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB).

Respectiva COHAB, segundo maior conjunto habitacional público do Brasil, com 14.360 mil unidades habitacionais; construído em 1972, abriga hoje cerca de 20% da população municipal, aproximadamente 71.800 mil habitantes. A construção do conjunto, num território distante dos centros de emprego da metrópole e desprovido de serviços e

¹ Conforme pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (CENSO, 2010) a densidade demográfica do Município de Carapicuíba-SP corresponde a 11.225,264 mil habitantes/Km².



equipamentos urbanos, concomitante à manutenção de enormes vazios bem equipados, provocara direta e indiretamente ampla periferação, inclusive de habitantes removidos de favelas da capital. Vale citar que os habitantes desta COHAB sequer foram incorporados à cidade legal, posto que as habitações tardaram a ser regularizadas.

Dos loteamentos clandestinos da década de 1970 surgiu a maior parte dos bairros carapicuibanos. Pode-se dizer que o prolongamento das infraestruturas urbanas básicas, no curso de implantação da COHAB, foram facilitadoras e estimulantes a esta outra forma de ocupação urbana. Deste processo de produção do urbano, da primeira irregularidade - a fundiária - desencadeara-se impedimento à “cidade legal” em sua amplitude. Respectivos bairros tardaram a ser equipados com infraestruturas urbanas básicas e até hoje carecem de espaços e equipamentos públicos essenciais a adequado desenvolvimento urbano, isto é: praças, parques, espaços público no geral, ruas trafegáveis, postos de saúde, centros culturais e esportivos, ordenação urbanística, adensamento construtivo controlado, dentro outros. Até hoje 70% dos imóveis de Carapicuíba não têm inscrição cartorial (PIMENTEL, 2014).

Vale ressaltar que o “padrão periférico de urbanização” predominantemente associado ao “trinômio loteamento-casa própria-autoconstrução” (BONDUKI, 1983) foi a lógica imperante na expansão e conformação da metrópole paulistana até meados da década de 1980. Deste adensamento de áreas cada vez mais distantes conformaram-se as periferias: donde o distanciamento não se trata meramente de uma questão geográfica, mas do desenvolvimento urbano em sua amplitude. É o sentido amplo do processo denominado de periferação. Movido por agentes imobiliários empreendedores de atividades de baixo capital e/ou informais, este modo de produção do urbano frutificou-se ante a possibilidade de uso extensivo e precário do território sob condescendência do Estado, bem como pela produção doméstica e não tipicamente capitalista do item essencial à reprodução da força de trabalho. Abrigou-se assim o grande contingente que fazia a expansão industrial nacional e desta maneira pode-se arrefecer a então crise habitacional popular.

Acerca deste processo, bem assinala Bonduki (1998):

“A enorme quantidade de terra disponível para o assentamento popular no entorno da cidade foi, certamente, a razão mais forte do êxito. Graças a essa disponibilidade, o lucrativo processo de expansão periférica pode se alastrar sem limites... O pequeno número de favelas em São Paulo até os



anos 70 é um índice da enorme capacidade de absorção desse modelo (BONDUKI, 1998: 304 e 313)”

Entretanto, esta situação se altera na metrópole paulistana a partir da primeira metade da década de 1970. Desde então há um grande crescimento no número de habitantes de favelas, pelo surgimento de novas favelas e pelo adensamento das que se consolidavam. Se antes as poucas favelas eram elementos característicos das áreas mais centrais do município núcleo, embora notadas em outros municípios industriais metropolitanos, a expansão do fenômeno vai ser acompanhada pela formação cada vez mais periférica de favelas. Na década de 1980 elas já estão fortemente presentes nos distritos novos e periféricos da capital e na década de 1990 tornam-se significativas nos municípios periféricos, inclusive, em Carapicuíba (SAMPAIO, 2003; BALTRUSIS *et al.*, 2009).

A concentração do processo de favelização nos municípios periféricos faz parte de um novo momento do processo de periferização metropolitano em geral. Segundo Taschner (1997 [1995]), nas décadas de 1980 e 1990, a taxa de crescimento populacional do Município de São Paulo declina e vê-se um aumento populacional expressivo nos municípios periféricos. A esse respeito, na década de 1990 a maior mobilidade populacional verificada no Estado de São Paulo correspondeu à migração intra-metropolitana destinada aos municípios da periferia (IDEM, 1997 [1995]); e a maioria dos fluxos migratórios nacionais à RMSP direciona-se à periferia desta. Assevera Bogus (2009), que desde então os municípios com menor oferta de emprego, mas com moradia e transporte acessível à classe de baixa renda os que apresentam as mais altas taxas de migração da RMSP.

No município de Carapicuíba embora tenham surgido algumas favelas desde meados da década de 1970, o processo ganhara intensidade ao longo da década de 1990, quando a população favelada tem aumento de 147,01% (MEYER *et al.*, 2004). Atualmente, segundo a Prefeitura de Carapicuíba (PLHIS, 2011; entrevistas) a cidade contém aproximadamente 160 favelas, as quais abrigam 24,4 % dos domicílios carapicuibanos. Esta elevada taxa gera ao município o 8º maior déficit absoluto de moradias da RMSP (Fundação João Pinheiro -CEI, 2000). De acordo o PLHIS (2011) o a situação habitacional carapicuibana tem um déficit de 16.931 mil domicílios. A maior parte das favelas carapicuibanas encontra-se à margem de



córregos, rios e lagos e áreas de alta declividade, sobretudo nos bairros, Cidade Ariston, Jardim Angélica, Vila Creti, Jardim Tonato e Vila Capriotti (PLHIS, 2011).

O processo de Favelização: algumas delimitações

As favelas e as ocupações coletivas marcam a urbanização de diferentes cidades brasileiras em diferentes momentos históricos. No Rio de Janeiro, as favelas nos morros são a alternativa predominante que sucedem os cortiços já na primeira década do século XX, durante as reformas urbanas higienistas. Esta sucessão também se observa em Salvador, ao longo da década de 1940, que num contexto de elevada concentração fundiária torna-se lócus da primeira grande ocupação coletiva organizada. Em Belo Horizonte e Brasília, embora em períodos diferentes, respectivamente em 1895 e 1958, as favelas surgem por circunstância similar: a cidade planejada que não previu cidade para seus próprios edificadores e trabalhadores pobres no geral.

No interior de todas estas cidades e em outras da rede urbana brasileira a favelização acentuara-se. Elas cresceram, sobretudo, nas metrópoles do país, fruto que são dos processos socioespaciais que criam nosso modelo de urbanização concentrada. Atualmente, 88,2% dos domicílios em aglomerados subnormais situam-se nas Regiões Metropolitanas Nacionais (IBGE-CENSO, 2010). Historicamente concentraram-se na Região Sudeste² do país - região que abriga o maior pólo econômico, maior contingente populacional e a mais ampla e complexa rede urbana do país. E nas metrópoles desta região estão 90% dos habitantes em aglomerados subnormais do Sudeste. Somente nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo situam-se cerca de 70% da população do Estado que vive em aglomerados subnormais. Especificamente na RMSP, a metrópole com maior quantidade de habitantes em aglomerados subnormais, concentram-se aproximadamente 40% da população paulista que vive nesta situação. Em relação ao território estadual a RMSP concentra 80% dos domicílios favelados paulistas (IBGE-CENSO, 2010).

² Segundo o IBGE (2010) a Região Sudeste concentra hoje 49,8% dos domicílios em aglomerados subnormais do país². Somente o Estado de São Paulo congrega cerca de 33% dos aglomerados do país e 23,2% dos domicílios nacionais deste tipo. De acordo com IBGE (CENSO, 2010), o Estado de São Paulo possui 2.087 mil aglomerados subnormais em 60 municípios, são ao total 748.801 domicílios abrigando 2.715.067 milhões de habitantes. Somente nas Regiões Metropolitanas do Sudeste estão 1.435.097 milhões de domicílios em aglomerados subnormais 4.989.792 milhões desses habitantes de aglomerados.



A formação de favelas torna-se processo significativo na urbanização brasileira depois da década de 1970. De 1980 à 2010 as favelas crescem vertiginosamente: no período os domicílios em favelas passam de cerca de 480 mil para aproximadamente 3,2 milhões. O fenômeno relaciona-se com um momento de crise econômica e seus desdobramentos sociais. De um lado tem-se queda do PIB, dívida externa, hiperinflação e crise industrial, do outro alto nível de desemprego e depreciação elevada do valor real dos salários. A pauperização da população daí decorrente conflita ainda com a supervalorização da terra urbana e/ou habitação nela construída e com uma deficiente política urbana, reflexo inclusive da falência do Banco Nacional de Habitação (BNH). Nesta conjuntura o acesso à moradia para a classe de baixa renda tornara-se ainda mais difícil. Tanto a casa própria autoconstruída em loteamento quanto a locação não figuravam como possibilidade e a moradia autoconstruída em favela aparece então como forma de solucionar o a reprodução no urbano. Ademais, o avanço das relações capitalistas no campo e o forçado êxodo rural compõem o agravamento da questão urbana à época (JACOBI, 1982; KOWARICK, 1983; TASCHNER, 1997 [1995]; SAMPAIO, 2003; SCHIFFER, 2004; BALTRUSIS *et al.*, 2009).

Se, internamente, há o esgotamento de um modelo de crescimento econômico, externamente mudanças estruturais na economia mundo e, pois, nas estratégias das potências mundiais, fazem parte deste processo. A esse respeito, a partir da década de 1970, reflexo de uma crise estrutural e conjuntural nestas últimas, vê-se a hegemonia da indústria ser suplantada pela financeirização da economia, o que ocorre à base de novos sistemas técnicos de objetos e ações, com destaque para políticas financeiras estadunidenses (SANTOS, 2009 [1990]; FERREIRA, 2000). Esta nova fase de expansão capitalismo mundial, cunhada pelo termo *globalização*, é outra vez buscada pela inserção nas economias periféricas.

No Brasil, a internalização deste novo momento do modo de produção se realiza propriamente na década de 1990. Num cenário de crise econômica, especialmente de endividamento externo, o estado brasileiro adere à política econômica de caráter neoliberal, imposta pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), na contrapartida do recebimento de empréstimos. Os novos ajustes por ela impostos, baseados na liberalização, desregulação, privatização dos recursos públicos, financeirização e no papel mínimo do estado, reorganizam o capitalismo brasileiro e geram agravamento aos problemas sociais. Nas cidades, sobretudo na metrópole paulistana, as afetações são significativas e



vêm desde a retração do investimento social às transformações no mundo do trabalho (DAVIS, 2006; ROLNIK, 2009; SILVEIRA, 2011; MARICATO, 2015).

Em relação às políticas sociais fora, justamente, onde a prescrição do Estado mínimo se realizou. Os recursos públicos, antes destinados à habitação, saneamento e transporte, foram importantemente direcionados à esfera financeira privada para o pagamento dos juros da dívida pública, prejudicando o desenvolvimento da ainda incipiente política urbana brasileira, agravando as desigualdades socioespaciais da metrópole paulistana, em específico sua problemática habitacional. Importante sublinhar que a respeito das necessidades do mercado o Estado não deixara de atuar. A partir da privatização este realiza a transferência de grande volume de ativos para o mercado, a exemplo de setores estratégicos como telefonia, energia, mineração e finanças.

O desligamento progressivo das funções industriais e a expansão e a predominância do terciário na RMSP, movimento da reestruturação produtiva, em conjunto com os preceitos neoliberais, desestabilizaram as condições do emprego, com prejuízo para trabalhador e complexização de sua reprodução no urbano. Na respectiva transição, no período entre 1985 e 1995, o aumento das ocupações no setor de serviços não compensou a perda delas no secundário levando ao aumento do desemprego e do trabalho informal; gerou a deterioração salarial para todos os setores e níveis de emprego, sendo a remuneração oferecida pelo setor de serviços inferior a do secundário; proliferou empregos terceirizados e remunerações sem carteira; compondo assim uma ampla precarização das relações de trabalho. A esse respeito sabe-se que na metrópole, no período supracitado, 59% das novas oportunidades de emprego realizaram-se a partir das categorias informais e a taxa de desemprego passou de 9,7% para 15,1%. Especificamente na cidade de São Paulo a taxa aumentara de 6% a 20% entre 1986 e 2000 (SCHIFFER, 2004; FELTRAN, 2011).

Assinala Feltran (2011) que fruto desse processo o projeto de ascensão econômica pelo trabalho, daqueles muitos migrantes moradores das periferias, fora, então, progressivamente frustrado:

“O senhor que mal tinha o primeiro grau e conseguiu ter um emprego industrial durante duas décadas foi demitido, aos 40 anos de idade, no começo dos anos 1990; não retornou mais às fábricas...O filho daquele operário, que como tantos estudou no SENAI, tampouco encontrou emprego



nas montadoras da região, sua trajetória é toda feita no setor de serviços, terceirizados e precarizados (FELTRAN, 2011: 355-356)”

Para as gerações nascidas nas periferias, ou para aqueles empobrecidos nas periferias, o acesso à moradia pela casa própria ou pela locação tornara-se em grande parte inacessível. A solução para o problema habitacional realiza-se então a partir de moradia autoconstruída na favela e/ou da coabitação na própria periferia. Assinala-se assim que a produção não tipicamente capitalista do espaço urbano, que foi elemento essencial da urbanização de nossas metrópoles desde a industrialização fordista a baixos salários, continua como aspecto central das cidades na “moderna” era da globalização.

A formação de favelas no Município de Carapicuíba

Grande parte das favelas da cidade, principalmente aquelas que marcam o princípio da favelização no lugar, surgiram pela apropriação ilegal de áreas institucionais de loteamentos populares. Estas áreas são aquelas que, conforme as normas urbanísticas, destinar-se-iam ao uso comum, ao provimento de espaços públicos. Isso marca não só os loteamentos regularizados pela Prefeitura de Carapicuíba anteriores à Lei Federal nº6766/1979, posto que na prática a não ocupação de porções dos loteamentos devia-se mais à inadequação dos terrenos à ocupação humana.

Em terrenos desse feitio, de forma lenta e gradual e sem grandes organizações horizontais ou influencia de agentes externos se formaram então as primeiras favelas carapicuibanas. Neste momento a iniciativa partia dos que ali se alojariam, precedendo apenas da comunicação cotidiana entre os moradores da época e familiares e conhecidos de fora do município. Os bairros carapicuibanos que abrigaram este processo inicial foram: Vila Dirce, Jardim Tonato, Ana Estela, Vila Marcondes e São Daniel e alguns outros.

Aventa-se que a intensidade do fenômeno durante a década de 1990 tece relações com o já elevado grau de adensamento local, com a decorrente escassez e valorização da terra e/ou habitação nela construída e seu rebatimento no valor dos aluguéis, mas também com a deficitária política urbana local e metropolitana. Todavia, respectivo processo não se desenvolveu apenas em torno da demanda e dos usos do território então consolidados, outros



personagens entraram em cena, ou melhor, outros agentes despontaram, direta ou indiretamente, como produtores do espaço urbano de Carapicuíba, difundindo novos usos.

Segundo atuais moradores do município e poder público local, durante a década de 1990 políticos locais tais quais, secretário de habitação, vereadores ou outros gestores públicos estimularam a ocupação ilegal de áreas públicas vislumbrando sua promoção eleitoral. Nesse contexto, destaca-se o conjunto de agentes e suas práticas popularmente denominadas como “*Máfia do barraco*” e “*Secretário de Favelização*”. Nesse caso específico, os gestores públicos envolvidos indicavam o local a ser ocupado e direcionavam o futuro ocupante, desta ocupação o morador era deslocado para conjunto habitacional público e o processo de estímulo a ocupação se repetia com outros demandantes, na mesma área, nos mesmos “barracos”. Além do caso específico, tornou-se tradicional a ocorrência de ocupações na véspera de eleições. A favela Savoy, que ficou muito conhecida, inclusive por seu tamanho, tem parte de seu surgimento vinculado a este tipo de processo.

Estes processos são promovidos tanto por meio de ocupações mais repentinas, que se formam rapidamente, às vezes numa mesma noite por um conjunto de indivíduos; mas também por ocupações mais graduais. Embora mesmo na primeira forma decorram adensamentos posteriores. Sobre essa forma gradual descreve atual funcionário do poder público municipal: “*Tem um espaço lá, aí o cara vai e faz um barraco, aí um vêm um faz outro do lado, ou trás os parentes*”. Essa forma de ocupar ocorre a partir da comunicação entre população civil e entre estes e agentes externos, isto é, pelo o que é popularmente conhecido como “boca a boca”. Este que parece ser uma forma tradicional e importante forma de “fazer favela” em distintas situações, mesmo naquelas que incluem grandes organizações sociais.

Em observância a estes processos, pode-se dizer que o principal motor é a demanda habitacional, isto é, os principais agentes são os demandantes. Os políticos seriam agentes externos, que se aproveitam de uma situação avessa, a partir de uma relação de poder, incluindo no processo estratégias escusas. Entretanto, com exceção do respaldo político, proveitoso num sistema capitalista clientelista, a produção e consolidação desse urbano-favela é levada adiante pelos moradores.

A maioria das favelas de Carapicuíba se formou com a influência destes agentes externos. Conquanto a intensidade do processo tenha ficado guardada na década de 1990, este



mecanismo não cessou completamente, embora menor e menos explícito, ainda originam-se a partir dele novas favelas no município.

Porém, outros mecanismos também compõem a atual formação de favelas no município. Dentre os processos recentes, destaca-se a ação do crime organizado. Nestes casos, a ocupação da área não é feita pelo demandante da moradia, geralmente, são agentes ligados ao crime, principalmente ao tráfico, que loteiam, constroem os barracos e depois os vendem. Não são os lotes que são vendidos como em um loteamento clandestino, mas os barracos.

Estas áreas ocupadas e comercializadas são muitas vezes áreas públicas. Nesse viés, indica-se que mesmo este tipo de processo tem uma vinculação com a questão política, ou seja, ligação com algum gestor público que forneça informações, ou mesmo, que propicie a “venda” das áreas públicas. Para ambas as partes o objetivo na orquestração das ocupações é em primeiro lugar comercial, não é eleitoreira como ocorria antes. Supõe-se que para os agentes vinculados ao crime, trata-se da consolidação de um território para exercício de poder. Nestas ocupações, não parece haver enfretamento por parte do poder público. Segundo relatos, essa omissão se deve tanto pela situação de violência criada, quanto por essa mercantilização estar entranhada no próprio aparelho do estado. Os mesmos relatos apontam que a ligação entre agentes do crime e integrantes do poder público não está presente em todos os casos.

São exemplos de processos de favelização recente, que incluem movimentos do mundo do crime, as favelas situadas na Chácara do Quiriri no Bairro da Aldeia e no Bairro do Veloso. Nesta primeira área, donde já havia uma ocupação irregular consolidada, após o aterramento de um lago existente na área, houve a subsequente ocupação da parte aterrada, através da construção e venda de barracos. Desde então a ocupação descontrolou-se e pontos de droga se desenvolveram no local. No Bairro Veloso, a favela existente também já havia se proliferado descontroladamente englobando um campo de futebol e um terreno destinado a realização de Conjuntos Habitacionais, contudo, sua recente continuidade agora está vinculada à criminalidade.

Entretanto, as favelas recentemente formadas ou a tentativa de constituí-las, também advém de iniciativas autônomas da população civil (anexos – Fotos 02 a 04). Houve, por exemplo, ocupação de reservas de áreas públicas da COHAB no ano de 2015 e 2016. E no início de 2012, também pode-se constatar no Jardim Angélica a ocupação de uma área, parte



pública e parte privada, conduzida, sobretudo, por moradores desempregados ou de baixa renda do próprio município, que declaravam a impossibilidade de pagar os aluguéis encarecidos de Carapicuíba e reconheciam a insuficiência dos programas habitacionais.

Tem-se aí agentes diretamente produtores dos seus meios de existência, uma produção não tipicamente capitalista do espaço. Os produtores são os consumidores, uma produção, pois, predominantemente inclinada ao valor de uso. Ademais, conforme Rodrigues (2007), mesmo que noutro momento acabem por se realizar enquanto mercadoria predomina o valor de uso:

“Nas áreas segregadas com irregularidade jurídica, e/ou urbanística os lotes, casas, glebas, terrenos não entram no mercado tipicamente capitalista e mesmo quando entram no mercado, predomina o significado do valor de uso, dada a singularidade desse mercado... Para o capital a irregularidade significa que não está no mercado formal e, em princípio, não tem preço e nem valor de troca (RODRIGUES, 2007: 89)”

Sobre as dinâmicas recentes, ilustra fala de membro poder público local *“todo dia tem, desmancha vem outra, desmancha vem outra”*. A dinâmica expressa por esta fala, diz respeito às pequenas ocupações que surgem, principalmente, na beira dos córregos ou nas poucas “áreas livres” do município. Para o poder público local, a remoção destas é justificada pelo fato de haver poucas áreas ainda não adensadas, as quais precisam, portanto, ser mantidas.

Devido, tanto ao uso eleitoral da carência habitacional, quanto às características do primeiro histórico da favelização em Carapicuíba, predominou neste município a formação de favelas em áreas públicas, embora elas também tenham se constituído em áreas de particulares. As mais recentes favelas de Carapicuíba, em grande maioria, se formam à beira de córregos (áreas de preservação permanente - APPs), inclusive, pela inexistência de outros tipos de terrenos numa cidade de densidade demográfica real elevada. A paisagem do lugar revela a dinâmica de aproveitamento de qualquer espaço livre para a provisão da necessidade habitacional por meio da favela.

Há em Carapicuíba favelas de diferentes tamanhos, muito adensadas ou não e em diferentes estágios de consolidação. As favelas antigas encontram-se consolidadas, apresentam domicílios permanentes construídos de alvenaria, energia elétrica e abastecimento de água. Houve, na década de 1980, a implantação de postes e da tarifa social de energia



elétrica pelo governo do estado e o abastecimento de água e esgotamento sanitário pela Sabesp, todavia, permanece acentuada a situação de improviso neste último. A esse respeito, segundo o poder público local, a taxa de 94% de esgotamento sanitário na cidade, apontada pela SABESP, está longe de representar a realidade. O calçamento está presente nas favelas antigas, desenvolvido sempre através do investimento dos próprios moradores. Caso dos bairros acima referidos: Jardim Tonato, Vila Dirce, Ana Estela e Vila Marcondes. Entretanto a improvisação de serviços urbanos ainda permanece em muitas favelas carapicuibanas.

A política urbana e as favelas no Município de Carapicuíba

No município de Carapicuíba, a economia urbana regular é ainda pequena em relação à irregular, o que gera um baixo recolhimento tributário, a contraponto de uma elevada carência de serviços urbanos. Os poucos recursos próprios se devem tanto à irregularidade no parcelamento, uso e ocupação do solo, quanto à informalidade inerente a muitas atividades comerciais e de serviços. Assim, a dificuldade de gestão da política urbana inerente a esfera municipal é aumentada no Município de Carapicuíba, o qual torna-se totalmente dependente de diretrizes e recursos externos. Nesse contexto, assevera-se que as principais políticas públicas de impacto no urbano atualmente incidentes no município advêm de recursos federais, como PMCMV, PAC, Bolsa Família e Bolsa Aluguel; e recursos estaduais, como Cidade Legal, Casa Paulista, CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano) e FUMEFI (Fundo Metropolitano de Investimento e Financiamento).

Em observância a história territorial de Carapicuíba, brevemente apresentada neste trabalho, afirma-se que é premente o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas às favelas. Sob as diretrizes e recursos da Política Urbana Nacional atual dois caminhos foram possibilitados para tal questão, a urbanização de favelas e/ou a provisão de unidades habitacionais em outras áreas, por meio do PAC e PMCMV, respectivamente.

A este respeito, nota-se a priorização à construção de conjuntos habitacionais em detrimento da Urbanização de Favelas. Nesse viés, recentemente, a Prefeitura de Carapicuíba em parceria com o PMCMV, Casa Paulista e PAC, atuou em três favelas locais. Parte deste processo, com 80% do recurso oriundo do PMCMV - Faixa 1³ e o restante da agência de

³ “Faixa 1” é a parte do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) destinada a famílias com renda de até três salários mínimos.



fomento Casa Paulista, construiu-se três conjuntos, com 816 unidades habitacionais, no bairro Vila Helena, para os quais foram destinados moradores da Favela Savoy e da Favela Porto de Areia. Ainda em andamento, a partir de recursos do PAC e do CDHU, 80% e 20% respectivamente, está-se removendo a Favela do Murão, transferindo seus moradores para conjuntos habitacionais que terão 532 apartamentos ao total. Segundo o poder público de Carapicuíba, não há recursos municipais que possam somar as estes projetos nas favelas.

Assevera o poder público local, que a partir do PMCMV haveria disponibilização de recursos necessária para a construção de um maior número de conjuntos habitacionais em Carapicuíba, entretanto, não há terrenos públicos disponíveis e as poucas áreas particulares não adensadas apresentam custo muito elevado para compra. Vale lembrar aqui, que das diversas restrições imputadas ao PMCMV da Faixa 1, reside no fato de a concessão do terreno ter de ser feita pelo poder municipal.

Embora, constata-se a capacidade de tal Programa de oferecer um significativo número de moradias em prazo reduzido, é importante tratar de sua efetividade frente à real problemática urbana, que não é, como assevera Gabriel Bolaffi, “*o falso problema*” designado como “*déficit habitacional*” (VALLADARES, 1983). Assim sendo, como argumenta Maricato (2012), a promoção da Política Urbana, além de recursos, carece de controle do uso e ocupação do solo, reforma fundiária e terra urbanizada, estas que, por sua vez, encontram-se sob domínio do mercado imobiliário.

Considerações Finais

No período atual, os indicadores para a situação geral dos domicílios da RMSP apontam para quase universalização dos serviços de fornecimento de água, abastecimento de energia elétrica e coleta de lixo, demonstrando que houve uma transformação nas condições de infraestrutura urbana das periferias. (VÉRAS, 1990; TASCHNER & BALTRUSIS, 2007; MARQUES, 2011). Entretanto, coaduna-se com Vêras (1990:61) que respectiva situação não permite afirmações sobre a diminuição da espoliação urbana, uma vez que a “*precariedade quantitativa e qualitativa de bens e serviços que configuram um salário indireto – educação, saúde, aposentadoria, transporte, moradia, entre outros – continua existindo*”, bem como novas condições insatisfatórias de ocupação aparecem, como o aumento do número de conviventes por domicílio, sobretudo, pela coabitação entre diferentes núcleos familiares.



De acordo com Bogus (2009) a situação de coabitação caracteriza a maior parte do déficit habitacional da RMSP. Dos quase 300 mil domicílios que carecem os habitantes da metrópole, aproximadamente 77% corresponde à situação de compartilhamento da moradia. Nessa direção, sabe-se a partir de Sampaio (2003) que, na década de 1990, 20% do aumento da favelização está relacionado ao adensamento populacional em favelas existentes e não à formação de novas áreas, inclusive, por um processo de verticalização.

A situação de coabitação – marco do déficit habitacional da RMSP – é expediente comum tanto nos bairros oriundos de loteamentos quanto nas favelas de Carapicuíba. Condição que, por sua vez, advém de transformações nas condições socioeconômicas dos moradores e no espaço urbano periferia: são mudanças no mundo do trabalho, esgotamentos do mercado irregular de terra e moradia e a construção cultural da inserção social pelo novo modelo de consumo. Essa transição da situação de coabitação para a produção da favela no próprio lugar revela também a luta pela permanência na cidade, pela não periferização. Nessa direção, numa análise ainda preliminar, identificou-se que os recentes processos de formação de favelas em Carapicuíba vinculam-se, importantemente, ao acesso à moradia por habitantes do próprio município, os quais declaram como habitação imediatamente anterior a casa de familiares ou locada.

Por fim, sublinha-se que embora as cidades tenham historicamente abrigado “*desenvolvimentos geográficos desiguais*” (HARVEY, 2009), a atual proliferação destas condições precárias de urbanidade – “*os espaços opacos*” – contrasta radicalmente com a rápida modernização de partes da metrópole – “*os espaços luminosos*” – lócus de grandes investimentos externos, de infraestrutura de ponta, tecnologia eletrônica e de edificações luxuosas.



Referências Bibliográficas

- BALTRUSIS, Nelson. e D'OTTAVIANO, Maria Camila Loffredo. **Ricos e Pobres, cada qual em seu lugar: a desigualdade socio-espacial na metrópole paulistana**. Salvador: CADERNO CRH, v. 22, n. 55, Jan./Abr., 2009. (Pp. 135-149)
- BOGUS, Lúcia Maria Machado. e PASTERNAK, Suzana. **Como Anda São Paulo**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2009.
- BOLAFFI, Gabriel. Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia (org.). **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.
- BONDUKI, Nabil Georges. **Habitação Popular Contribuição para o Estudo da Evolução Urbana de São Paulo**. IN: VALLADARES, Licia do Prado. Repensando a Habitação no Brasil. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1983.
- BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da Habitação Social no Brasil, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.
- CAMARGO, Cândido Procópio F. et al. **São Paulo 1975 - crescimento e pobreza**. São Paulo: Edições Loyola, 1975.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Aglomerados subnormais: Informações territoriais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- FELTRAN, Gabriel. **Transformações sociais e políticas nas periferias de São Paulo**. IN: KOWARICK, Lúcio. São Paulo novos percursos e atores (sociedade, cultura e política). São Paulo; Ed.34; Centro de Estudos da Metrópole, 2011. (p.347-373)
- FERREIRA, J. S. W. **São Paulo metrópole subdesenvolvida: para que(m) serve a globalização?**. Inédito, São Paulo, FAUUSP, 2000.
- HARVEY, D. **“A liberdade da cidade”**. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n26, , 2009. (Pp. 09-17)
- JACOBI, Pedro. **Exclusão urbana e lutas pelo direito à moradia**. Espaços & Debates, ano II, n.7, 1982. (p.53-69)
- KOWARICK, Lúcio. **Lutas Urbanas e movimentos populares: alguns pontos para reflexão**. Espaços & Debates, n.8, ano II, 1983. (p.55-63)
- LEI Nº 3.074 de 28 de abril de 2011, **Plano Diretor do Município de Carapicuíba**.
- MARICATO, Ermínia. **Política não é uma somatória de obras**, 2012. Disponível em <http://raquelrolnik.wordpress.com/2012/04/25>. Acesso em 25 de abril de 2012.
- MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. Capítulo III: Globalização e política urbana na periferia do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARQUES, Eduardo e SARAIVA, Camila. **Favelas e periferias nos anos 2000**. IN: KOWARICK, Lúcio. São Paulo novos percursos e atores (sociedade, cultura e política). São Paulo; Ed.34; Centro de Estudos da Metrópole, 2011. (p.105-130)
- MEYER, R. e GROSTEIN, M. e BIDERMAN, C. **São Paulo Metrópole**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.



PIMENTEL, Alexandre Simões. **A Formação Da Periferia Urbana Metropolitana e a Democracia Socio-Espacial: A proposta de uso de indicadores de qualidade de vida (IQV) no plano diretor participativo municipal de Carapicuíba (SP)**. Dissertação. (Mestrado em Geografia), IGE, UNICAMP, Campinas-SP, 2014.

PLHIS - **Plano Local de Habitação de Interesse Social Município de Carapicuíba/SP Diagnóstico da Situação Habitacional**, outubro de 2011.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Movimentos Populares urbanos e as lutas contra Segregação Socioespacial**. IN: MARTINS, Cesar *et al* (Org.). Quintas Urbanas conversas sobre a cidade e o urbano. Rio Grande do Sul: FURG: 2007 (P.83-103)

ROLNIK, Raquel. **Democracia no Fio da Navalha Limites e Possibilidades para Implementação de uma Agenda de Reforma Urbana no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v11, n. 2, 2009. (p.31-50)

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral e PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. **Habitação em São Paulo**. *Estudos Avançados*, vol 17, nº48, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo-SP: Hucitec, 2004 [1996].

SANTOS, Milton. **Metrópole Corporativa Fragmentada: O caso de São Paulo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009 [1990].

SCHIFFER, Sueli Ramos. **A Dinâmica Urbana e Socioeconômica da Região Metropolitana de São Paulo 1975-1995**. In: SCHIFFER, Sueli Ramos (org.). Globalização e Estrutura Urbana. São Paulo: Editora Hucitec – Fapesp, 2004.

SILVEIRA, M. L. São Paulo: **Os Dinamismos de Pobreza**. In: CARLOS, A. F. A. e OLIVEIRA, A. U. (org) Geografias de São Paulo – Representação e crise da metrópole. São Paulo: Contexto, v.1, 2010. (Pp.59-71)

TASCHNER, Suzana Pasternak. **A Cidade que Virou Favela**. Espaços & Debates, ano IV, vol.4, n.12, 1984.

TASCHNER, Suzana Pasternak. **Favelas: fatos e políticas**. Espaços & Debates, ano VI, vol.2, n.18, p. 79-106, 1986.

TASCHNER, Suzana Pasternak. **Favelas e cortiços no Brasil: 20 anos de pesquisas e políticas**. São Paulo: FAU/USP, Cadernos de pesquisa do LAP, nº 13-18. 1997.

TASCHNER, Suzana Pasternak. BALTRUSIS, Nelson. **Um olhar sobre a habitação em São Paulo**. IN: CARDODO, Adauto Lucio. Habitação Social nas Metrópoles Brasileiras Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre: HABITARE/FINEP, 2007.

VÉRAS, Pardini Bicudo e TASCHNER, Suzana Pasternak. **Evolução e mudanças das favelas paulistanas**. Espaços & Debates, ano X, nº31, 1990.

VALLADARES, Licia do Prado. **Estudos Recentes sobre Habitação no Brasil – Resenha da Literatura**. IN: VALLADARES, L. P., Repensando a habitação no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.